



**POLI
TÉCNICO
GUARDA**

ACORDO DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL ENTRE O INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (Brasil) E O INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA (Portugal)

O Instituto Federal de Alagoas (IFAL), criado pela Lei nº. 11.892, de dezembro de 2008, detentor de natureza jurídica de autarquia federal, gozando de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar; sendo, nos termos do artigo 1º, § 2º e § 3º, do seu Estatuto, uma instituição de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurricular, multicampi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional, científica e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, equiparado às universidades federais para efeito de incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão da instituição e dos cursos de educação superior; com sede à Rua Dr. Odilon Vasconcelos, nº 103, Jatiúca, 57035-660, no município de Maceió, Estado de Alagoas, Brasil, representado por seu Reitor, Prof. Carlos Guedes de Lacerda, e o Instituto Politécnico da Guarda (IPG), com sede na Avenida Dr. Francisco Sá Carneiro, nº 50, 6300-559 Guarda, Portugal, representada(o) por seu Presidente, Professor Doutor Joaquim Manuel Fernandes Brigas, designadas a seguir por 'partes', no intuito de desenvolver relações de cooperação internacional com base no estabelecimento de contatos e entendimentos mútuos, enfatizando desenvolver intercâmbio acadêmico e cultural nas formas de ensino, extensão, pesquisa e transferência de tecnologia, e de acordo com a legislação que rege a matéria, acordam o seguinte.

Cláusula Primeira: DA ÁREA DE COOPERAÇÃO

1.1 A área de cooperação inclui, sob consentimento mútuo e existência de condições apropriadas, qualquer atividade, projeto, programa ou curso oferecido e proposto por qualquer das partes como desejável, executável, e que venha a contribuir para o fomento e o desenvolvimento de relações de cooperação entre as partes convenientes.

Cláusula Segunda: DOS MÉTODOS

2.1 Todos os entendimentos e assistência estarão condicionados à disponibilidade de recursos financeiros e à aprovação específica dos dirigentes máximos das convenientes para atividades, projetos, programas ou cursos na forma de:

- a) Intercâmbio de membros do corpo docente, do quadro de gestores e do quadro técnico administrativo de nível superior para fins de formação continuada;



**POLI
TÉCNICO
GUARDA**

- b) Intercâmbio de membros do corpo docente para o desenvolvimento de atividades na condição de professor visitante;
- c) Intercâmbio de estudantes de graduação e de pós-graduação;
- d) Desenvolvimento conjunto de cursos de Aperfeiçoamento, Especialização, MBA e Mestrado;
- e) Desenvolvimento de programas de formação continuada de professores para os diferentes níveis e modalidades de ensino;
- f) Desenvolvimento conjunto de atividades de pesquisa;
- g) Desenvolvimento conjunto de eventos culturais, científicos ou tecnológicos; e
- h) Outros onde houver demanda e interesse recíproco.

2.2 Os termos e as características de cada atividade, projeto, programa ou curso devem ser mutuamente discutidos e estabelecidos, antes do início do mesmo, mediante termos aditivos ao presente acordo

Cláusula Terceira: POLÍTICA DE EXECUÇÃO DO ACORDO

3.1 O conteúdo deste acordo não deve constituir qualquer das partes em agente, servidora ou empregada da outra, sendo cada parte total e unicamente responsável por suas próprias ações e pelas obrigações geradas pela cooperação.

3.2 Cada parte designará um profissional responsável pela coordenação do presente acordo e pela representação interinstitucional.

3.3 Cada parte responsabilizar-se-á por assegurar completa conformidade de seus participantes em atividade, projeto, programa ou curso, quanto às leis e normas a que se submeterão.

3.4 Cada parte garantirá aos seus participantes a assistência necessária para a estadia no país hospedeiro.

3.5 As taxas acadêmicas da instituição de origem, quando houver, ficarão sob responsabilidade dos estudantes, sendo pagas diretamente pelos mesmos, sem interveniência das partes.

3.6 Fica vedada a cobrança de taxas, matrícula e anuidades por qualquer das instituições receptoras.

3.7 As despesas de transporte, hospedagem, alimentação e outras, quando necessário, poderão ser financiadas com recursos institucionais quando existentes, por órgãos de fomento externo ou ficarão a cargo do próprio participante.



POLI
TÉCNICO
GUARDA

3.8 A existência da presente cooperação não implica garantia de suporte financeiro por conta de nenhuma das partes.

Cláusula Quarta: PROPRIEDADE INTELECTUAL

4.1 Quando qualquer ação de colaboração resultar na geração de propriedade intelectual, as partes envolvidas devem, imediatamente, por intermédio de seus respectivos representantes oficiais, estabelecer os direitos sobre tal propriedade, procurando-se, neste ato, preservar a relação harmoniosa entre as instituições, ressalvada a legislação específica em vigor no país de cada partícipe.

4.2 Em todas as comunicações e publicações, que resultem de projetos desenvolvidos no âmbito deste acordo, serão expressamente indicadas nos créditos de tal produção.

Cláusula Quinta: VIGÊNCIA E RESCISÃO

5.1 Este acordo será válido por 05 (cinco) anos, a partir da data da sua assinatura.

5.2 Qualquer acréscimo e/ou modificação do acordo requer aprovação, por escrito, dos dirigentes máximos das convenientes e deverá anexar-se a este documento.

5.3 Terminado o período inicial de validade, o acordo será renovado por escrito e sob consentimento mútuo.

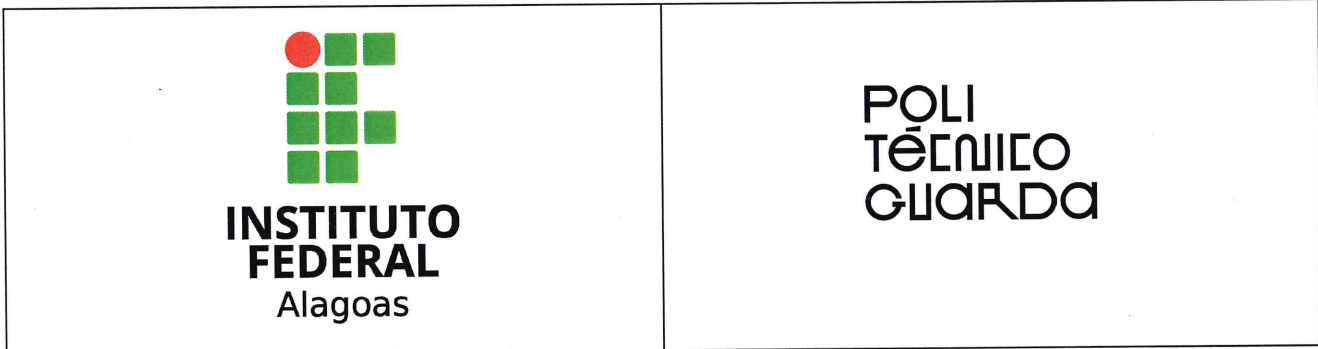
5.4 Cada parte reserva-se o direito de cancelar o acordo, por meio de comunicação escrita com, pelo menos, 03 (três) meses de antecedência.

Cláusula Sexta: FORO E LITÍGIO

6.1 Eventuais litígios serão resolvidos pela jurisdição onde o fato suceda e, se necessário, julgados pelos princípios do Direito Internacional Público.

Cláusula Sétima: PUBLICAÇÃO DO ACORDO

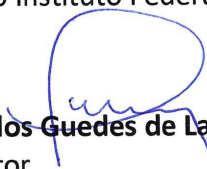
7.1 Cada instituição participante fará a publicação oficial de um extrato da presente cooperação, se determinado pela legislação do respectivo país, e dará ciência pública pelos meios de comunicação considerados adequados.



Estando acordados os interesses, fica o presente acordo de cooperação assinado pelas partes em 02 (dois) originais, redigidos em língua portuguesa,

pelos Instituto Federal de Alagoas

pelos Instituto Politécnico da Guarda


Carlos Guedes de Lacerda
Reitor


Joaquim Manuel Fernandes Brigas
Presidente

Decreto do Ministério de Estado da Educação de 10/06/2019 Publicado no DOU de 11/06/2019. Edição 111, Seção 2, Página 1.

Despacho nº 11093/2018
Diário da República nº 228, de 27 de novembro, II Série - Empossado a 03 de dezembro de 2018

Data: 07 de abril de 2022

Data: 07 de abril de 2022

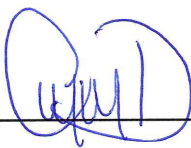
TESTEMUNHAS

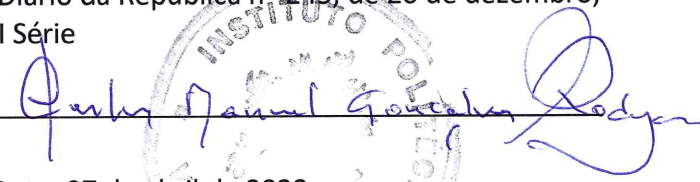
Carolina Mendonça de Moraes Duarte
Coordenadora de Relações Internacionais

Carlos Manuel Gonçalves Rodrigues
Vice-presidente

Portaria Nº 1327, de 23 de março de 2020.

Despacho nº12375/2018,
Diário da República nº 245, de 20 de dezembro, II Série





Data: 07 de abril de 2022

Data: 07 de abril de 2022